



Número: **0834441-79.2020.8.14.0301**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara da Fazenda Pública dos Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Capital**

Última distribuição : **05/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Patrimônio Cultural, COVID-19**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA (AUTOR)			
ESTADO DO PARÁ (REU)			
Município de Belém - SEMAJ (REU)			
PARA MINISTERIO PUBLICO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
17608383	05/06/2020 18:23	Parte2.	Petição



do vírus, levando ao colapso do sistema de saúde, uma eventual segunda onda de contágio provocaria danos mais graves que os da primeira:



A Universidade Rural da Amazônia (UFRA) é responsável por um dos estudos que deu base à decisão do Governo do Pará para a retomada das atividades econômicas em cidades da Região Metropolitana de Belém, Marajó Oriental, Baixo Tocantins e Região do Araguaia.

O pesquisador da UFRA, Jonas Castro, um dos envolvidos no trabalho que embasou as medidas adotadas pelo governo estadual, faz questão, no entanto, de alertar que, apesar do pico na capital de fato já ter passado, se medidas de distanciamento e higiene não forem devidamente mantidas, há possibilidade de uma nova onda da doença. "É importante deixar claro à população que, torna-se necessário que as pessoas mantenham o distanciamento, respeitem as regras e adotem questões de higiene mais severas, porque agora, a doença que segue em direção ao interior, pode voltar com um repique na capital. O momento exige cautela e prudência."

Ele explica que os números que alimentam diariamente os boletins da doença não refletem a temporalidade em que são lançados. Ou seja, eles mantêm atrasos e apontam um cenário retrógrado.

Ressalte-se que uma segunda onda de contaminação na capital e sua região metropolitana, levaria, certamente, a novo colapso do sistema de saúde, tendo em vista que é a região do estado com maior concentração populacional.

Além da desatualização dos dados epidemiológicos influenciar na conclusão das pesquisas, a forma de apresentação e divulgação pela SESPA é causadora de grande impacto,



especificamente no que tange ao engajamento da população nas medidas de restrição e isolamento, um dos pilares do Plano de Retomado do Estado do Pará, conforme passaremos a explicar.

3. Boletim Diários: Mudança na forma de apresentação dos dados pela SESPA viola os princípios da transparência e publicidade.

Observa-se, ainda, que a SESPA, na data de 20/05/2020, mudou a forma de divulgar os boletins diários dos novos casos de óbitos e infecções. A nova metodologia se mostrou ineficaz no quesito transparência, e, após a revogação do lockdown, impactou diretamente no engajamento da população nas medidas de precaução, especialmente no isolamento social, indo além, gerou aparente retorno à normalidade.

Os novos boletins aparentam informar os casos e óbitos ocorridos nas “últimas horas” e, em um relatório separado, descrever os casos de óbitos e infecções que teriam ocorrido nos dias antecedentes ao relatório anteriormente citado.

Vejamos os boletins atualmente utilizados pela SESPA:





Aliás, é importante frisar que, agora, os boletins não divulgam mais os casos ocorridos “nas últimas 24 horas”, mas sim “nas últimas horas”, sem sequer estabelecer a quantidade de horas a que faz referência. E, frise-se, de forma não cumulativa entre os próprios boletins divulgados no dia. É um verdadeiro labirinto de informações, as quais não permitem que os destinatários tenham noção do quantitativo que a SESPA vem divulgando – o qual, conforme já explanado, é desatualizado. Tem-se, portanto, além da divergência de dados, uma divulgação que não atende aos princípios da publicidade e transparência, dificultando a compreensão dos dados epidemiológicos pela população.

Em primeira reunião com os órgãos de controle, no dia 27.05.2020, a SESPA justificou a metodologia adotada (fracionamento do boletim) pela desatualização dos dados encaminhados pelos Municípios. Em nova reunião, ocorrida em 03.06.2020, a SESPA informou que os “novos casos” constantes nos boletins são casos que espelham os indivíduos que iniciaram os sintomas nas últimas horas, já diagnosticados com a COVID-19.

Caso seja essa de fato a referência utilizada pela SESPA (data de início dos sintomas), não é possível visualizar todas as confirmações de COVID-19 do dia, mas apenas aqueles indivíduos que iniciaram os sintomas nas últimas 24h00. Frise-se que não há qualquer informação nesse sentido disponibilizada nos sites oficiais e, principalmente, nos boletins.

Vejamos as discrepâncias dos boletins dos dias 03/06 e 04/06/20, da Região Xingu, apenas a título ilustrativo, os quais demonstram que em 24h, apenas no 10ºCRS, houve 109 casos confirmados da Covid-19:

10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE COE – COVID 19 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA								10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE COE – COVID 19 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA							
03/06/2020 18h								04/06/2020 18h							
Divisão Técnica								Divisão Técnica							
REGIÃO XINGU	CONFIRMADOS	RECUPERADOS	ÓBITOS	EM ANÁLISE	DESCARTADOS	HOSPITALIZADOS NOS MUNICÍPIOS	HOSPITALIZADOS NO HRPT	REGIÃO XINGU	CONFIRMADOS	RECUPERADOS	ÓBITOS	EM ANÁLISE	DESCARTADOS	HOSPITALIZADOS NOS MUNICÍPIOS	HOSPITALIZADOS NO HRPT
ALTAMIRA	544	399	11	20	890	23	18	ALTAMIRA	571	399	12	23	949	23	20
ANAPU	132	68	2	0	137	0	1	ANAPU	141	79	3	0	137	0	2
BRASIL NOVO	60	23	1	0	127	2	3	BRASIL NOVO	67	133	1	5	133	1	3
MEDICLÂNDIA	91	46	2	1	112	0	1	MEDICLÂNDIA	98	50	2	1	117	0	1
PACAJÁ	86	62	6	0	152	6	0	PACAJÁ	86	62	6	0	159	6	0
PORTO DE MOZ	210	120	14	0	610	4	3	PORTO DE MOZ	225	132	16	0	620	4	1
SENADOR J. PORFÍRIO	195	105	14	25	178	3	1	SENADOR J. PORFÍRIO	217	125	14	20	198	2	2
URUBÁ	77	31	1	0	183	2	1	URUBÁ	87	33	1	0	195	2	1
VITÓRIA DO XINGU	296	161	9	0	441	2	4	VITÓRIA DO XINGU	308	170	10	1	454	2	2
TOTAL REGIÃO XINGU	1691	1015	60	46	2830	42	32	TOTAL REGIÃO XINGU	1800	1183	65	50	2962	40	32

Ademais, ao acessar o link fornecido pela própria SESP, há relatório informando os casos “das últimas horas” e os “acontecidos em dias anteriores”. Neste último campo, não vemos apenas casos e óbitos ocorridos há muitos dias, como seria de se imaginar diante da justificativa apresentada pelo Estado (desatualização por parte dos Municípios). Ao contrário, alguns casos listados como “acontecidos em dias anteriores” ocorreram poucos dias antes.

Vide exemplo da data de 04/06/2020, demonstrando que os “casos acontecidos em dias anteriores” englobam casos recentíssimos:



Últimos casos no Pará

Atualizado em 04/06/2020 às 21:13h

Último Boletim - Casos Confirmados nas últimas 24 horas				Último Boletim - Demais Casos Confirmados pelas Prefeituras			
Gênero	Idade	Município de residência	Data do caso	Gênero	Idade	Município de residência	Data do caso
Homem	57	Cameté	4/6/2020	Homem	23	Magalhães Barata	15/5/2020
Homem	58	Novo Progresso	3/6/2020	Homem	23	Medicilândia	27/5/2020
Homem	62	Benevides	3/6/2020	Homem	23	Oriximiná	14/5/2020
Homem	80	Ourilândia do Norte	4/6/2020	Homem	23	Parauapebas	4/5/2020
Mulher	20	Gurupá	3/6/2020	Homem	23	Redenção	31/5/2020
Mulher	22	Ourilândia do Norte	3/6/2020	Homem	23	Rio Maria	23/5/2020
Mulher	25	Xinguara	3/6/2020	Homem	23	Senador José Porfírio	25/5/2020
Mulher	26	Rio Maria	3/6/2020	Homem	24	Abetetuba	22/5/2020
Mulher	29	Vitória do Xingu	3/6/2020	Homem	24	Belém	2/6/2020
Mulher	38	Canaã dos Carajás	3/6/2020	Homem	24	Belém	2/6/2020
Mulher	47	Gurupá	3/6/2020	Homem	24	Capanema	2/6/2020
Mulher	49	Tucuruí	3/6/2020	Homem	24	Gurupá	13/5/2020

Conclui-se, portanto, que jamais os dados constantes no campo “das últimas horas” expressarão a realidade dos casos e óbitos daquela data específica.

Outrossim, não há qualquer justificativa plausível para a apresentação de boletins que, apesar de publicados no mesmo dia, não somam os casos e óbitos ocorridos. Também não se logra êxito em identificar motivo para que a divulgação contemple casos “das últimas horas”, sem esclarecer aos destinatários da informação o quantitativo de horas.

Infelizmente, depreende-se da análise da nova forma de disposição de dados que esta não é feita de forma a facilitar o conhecimento, pela população em geral e órgãos de controle, dos dados e cenário real da pandemia no nosso Estado.

Os pequenos números divulgados nos novos boletins - fracionados em horas, não cumulativos e divididos em um sistema que dificilmente permitirá a retratação mais próxima da realidade, acabam por criar no imaginário dos cidadãos que estamos diante - ou muito perto - do fim da pandemia.



É fato público e notório, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, que, após o encerramento do *lockdown*, houve um relaxamento da população no que diz respeito às medidas de isolamento social.

A partir do dia 01.06.2020, após a autorização de abertura de parte do comércio em algumas zonas do Estado e, especificamente, a adesão à essa abertura pelo Município de Belém, as ruas da cidade já estavam cheias, os ônibus lotados, muitas pessoas trafegando pelas vias públicas, inclusive sem máscaras, por terem sido levadas a pensar que o pior já passou.

The screenshot shows a news article header from G1. The title is "Após divulgação do plano de reabertura econômica, Pará registra pior índice de isolamento social depois do lockdown". Below the title, a sub-headline reads: "Segundo a Segup, apenas 41,8% da população cumpriu as recomendações de ficar em casa na última sexta (29). O recorde negativo fez o Governo ligar alerta de uma possível segunda onda de contaminação da Covid-19." The author is listed as "Por Caio Maia, G1 PA — Belém" and the date is "30/05/2020 17h25 - Atualizado há 20 horas". There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, LinkedIn, and Print.

O próprio Governador do Estado, em publicação na rede social “*instagram*”, na data de 03/06/2020, afirmou que o isolamento social em Belém caiu para o “nível alarmante de 39%”. Isto porque ainda nem chegamos nas datas em que serão reabertos os demais estabelecimentos que estimulam aglomeração. A tragédia é anunciada, reforçamos:



Não se pode negar a relação direta e imediata que os dados divulgados nos boletins epidemiológicos da SESPA, em redes sociais, possuem com a conduta das pessoas quanto aos cuidados de higiene e medidas de isolamento social. A mera observação do movimento nas ruas já é clara nesse sentido, inclusive retratada nos meios de comunicação. A percentuais de isolamento vêm para ratificar tais informações.

Quase que simultaneamente ao fim do prazo estipulado para o *lockdown*, o ex ministro da Saúde Nelson Mandetta, em visita ao Pará, deu entrevista (retratando-se sobre afirmação feita anteriormente) no dia 18/05/2020 alegando que o pico da doença, no Estado, já teria ocorrido, com base nos dados apresentados pela SESPA. Ainda, exatamente no dia 20/05/2020, a metodologia de divulgação dos boletins mudou e os dados passaram a ser divulgados da forma explicitada acima. O último boletim divulgado do modo anterior foi às 19h do dia 19/05/2020 - relatava o total de casos confirmados, recuperados, óbitos, em análise e descartados.



A imagem de cima demonstra a forma de apresentação dos dados como era feita anteriormente. A população, portanto, diminuía o quantitativo de casos e óbitos entre os boletins diários publicados, a fim de chegar a números acrescentados no último dia. Apesar de ainda não ser o ideal, uma vez que se faz necessário analisar mais de um boletim para chegar ao dado, não induzia em erro.

Na imagem de baixo, entretanto, primeiros boletins divulgados na nova forma de apresentação, o Estado apresenta discriminação dos casos e óbitos ocorridos nas últimas horas e os casos ocorridos nos dias anteriores. Ocorre que, conforme bem explicado nos tópicos anteriores sobre a alimentação dos sistemas e atualização dos dados, o número publicado como referente às



últimas 24 horas não corresponde à realidade diária. E mais, não sendo de forma cumulativa (57 casos divulgados no boletim de 17h30 do dia 20.05.2020 e 19 casos no boletim de 19h30 do mesmo dia, ambos referentes às últimas 24h), aparenta uma situação mais branda ainda que aquela com números desatualizados.

Ora, não se poderia esperar que os fatos descritos acima, ocorridos em dias consecutivos, não tivessem como consequência o afrouxamento dos cuidados da população. Tem-se noticiado que até as praias de cidades próximas a Belém estão voltando a ser frequentadas por considerável número de pessoas.

Sendo o engajamento do cidadão um dos seis pilares do Plano de Retomada do Estado do Pará, consubstanciado na *adesão da população às restrições sociais e conhecimento sobre as medidas de higiene (ipsis litteris)*, é de se verificar que o Governo do Estado atua em verdadeiro *venire contra factum proprium*. Usa como fundamento de sua retomada a necessária adesão da população às restrições sociais, na medida em que altera a forma de divulgação de dados, de forma a transmitir a sensação de que os números diminuiriam drasticamente - o que conforme vem sendo exaustivamente exposto, não corresponde à realidade do cenário da pandemia em nosso Estado.

Constata-se, assim, que **mais um pilar do Plano de Retomada não encontra guarida na realidade**, tampouco tem o Governo do Estado colaborado para sua adequação.

4. Os resultados da primeira etapa dos Estudos realizados pela Universidade de Pelotas e IBOPE indicam que a reabertura promovida pelo Estado e pelo Município colocam em risco a vida de centenas ou milhares de pessoas.

Não fossem suficientes os números dissonantes do Estado em relação aos municípios, ainda há que se mencionar estudo realizado pela Universidade de Pelotas e IBOPE, cujo resultado da primeira fase e relatório parcial, destinado à região Norte do País, foram disponibilizados em:
<http://epidemia-ufpel.org.br/uploads/downloads/276e0cffe2783c68f57b70920fd2acfb.pdf>.



Nesta primeira fase, foram realizados Estudos em Belém, Castanhal e Breves, entre outros municípios do Brasil. Este estudo, por si só, é capaz de rechaçar e rebater os fundamentos da decisão de reabertura do comércio da forma supostamente segura que alegam Estado do Pará e Município de Belém, senão vejamos:

O estudo foi patrocinado pelo Ministério da Saúde, que contratou o IBOPE e a Universidade de Pelotas, que já executava um estudo com excelentes resultados no Estado do Rio Grande do Sul.

Trata-se de um estudo experimental e empírico, utilizado internacionalmente, e que vem oferecendo subsídios de atuação em vários países da Europa para o combate ao COVID-19, pois quando não existe testagem em massa é o estudo com padrão de estatística que fornece resultados de contaminação mais próximo da realidade.

A pesquisa é financiada pelo Ministério da Saúde e seu custo estimado é de 12 milhões de reais, dos quais 9,975 milhões reais ficarão com o Ibope. O objetivo é verificar como o vírus está se propagando em todo o Brasil para criar políticas públicas mais eficientes de combate à pandemia:





O que temos de maior credibilidade, no cenário nacional, é o estudo da Universidade de Pelotas, pois partiu de uma pesquisa empírica e não de modelagem matemática, cujos acertos de conclusão ficam vinculados aos números oficiais repassados pelo Estado. A referida Universidade foi a campo, realizando pesquisa *in loco*, e não apenas projetou estudo com números fornecidos pelo Estado. É o mesmo modelo utilizado pelo IBOPE, na realização das pesquisas de intenção de voto, e que usa para basear o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Difere, portanto, do estudo da UFRA utilizado pelo Estado, na medida que não se baseia unicamente em cálculos matemáticos. A pesquisa da Universidade de Pelotas é empírica, baseada em consistência estatística, tendo sido testadas todas as pessoas da amostra, razão pela qual os resultados (dados) são mais próximos da realidade que temos atualmente. A pesquisa testou para COVID-19 todas as amostragens da pesquisa e não somente quem procurou atendimento no hospital como o Estado realiza, ainda que de forma deficiente.

A pesquisa foi realizada na data de 13 de maio de 2020 e hoje, duas semanas após, a SESPA divulga oficialmente que temos, no estado inteiro, um total de 43.652 pessoas infectadas. Entretanto, somente para Belém, a pesquisa da Universidade de Pelotas trouxe números alarmantes, concluindo que temos, na capital, mais de 225 mil pessoas infectadas, o que corresponde a 15,1% da população do município. Ou seja, a cada 10 pessoas, 1,5 contraíram o vírus. Tal número é altíssimo e indicativo de que, caso as pessoas retomem as atividades da forma e nas datas propostas pelo Estado e Município, se pelo menos mais 20% da população contrair a doença, o sistema entrará novamente em colapso. O iminente colapso no sistema de saúde não é uma hipótese, mas uma certeza, caso se mantenha a retomada das atividades como pretendem Estado do Pará e Município de Belém. Seguem os dados da pesquisa supramencionada:

G1 RIO GRANDE DO SUL 

